



## A PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA A PARTIR DAS NARRATIVAS DOS MORADORES DE GUARANTÃ DO NORTE – MT

Sérgio Alberto Pereira <sup>1</sup>

### RESUMO

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa elaborada pelos alunos do terceiro ano do período vespertino da Escola Estadual Albert Einstein, de Guarantã do Norte no estado de Mato Grosso para a disciplina de Geografia no ano de 2009. As dificuldades diversas não permitiram, naquele momento, a transformação desse material em uma produção científica. Esse resgate, agora, ocorre por entender que as contribuições dessa atividade não poderiam ser desperdiçadas. Com o objetivo inicial de conhecer melhor a historiografia do município, os estudantes fizeram uma revisão bibliográfica e um estudo de campo com a aplicação de várias entrevistas não estruturadas. Um relato de vivências, propriamente dito, com pessoas que fizeram e conhecem a história da cidade. Como resultado, além do aprendizado por parte dos alunos, a interação com os pioneiros, destaca-se o diálogo estabelecido, a montagem dos textos para um blog, as apresentações dos trabalhos em sala de aula. Agora, resgata-se parte desse material para a elaboração dessa narrativa, contribuindo com mais este estudo sobre ensino de Geografia com foco no lugar e na cidade, nesse caso, na dinâmica da ocupação de Guarantã do Norte e da Amazônia Mato-grossense.

**Palavras-chave:** Educação, Ensino, Colonização, Guarantã do Norte.

### RESUMEN

El presente trabajo es el resultado de una investigación elaborada por estudiantes del tercer año del período de la tarde de la Escuela Estatal Albert Einstein de Guarantã do Norte en el estado de Mato Grosso para la disciplina de Geografía en 2009. Las diversas dificultades no permitieron, en ese momento, la transformación de este material en una producción científica. Este rescate ocurre ahora porque entendemos que los aportes de esta actividad no se podían desperdiciar. Con el objetivo inicial de conocer mejor la historiografía del municipio, los alumnos realizaron una revisión bibliográfica y un estudio de campo con la aplicación de varias entrevistas no estructuradas. Un relato de experiencias, en sí mismo, con personas que hicieron y conocer la historia de la ciudad. Como resultado, además del aprendizaje de los estudiantes, se destacan la interacción con pioneros, el diálogo establecido, el montaje de textos para un blog, las presentaciones de trabajos en el aula. Ahora se rescata parte de este material para la elaboración de esta narrativa, contribuyendo a este estudio sobre la enseñanza de la Geografía con un enfoque en el lugar y en la ciudad, en este caso, en la dinámica de la ocupación de Guarantã do Norte y la Amazonía de Mato Grosso.

**Palabras clave:** Educación, Docencia, Colonización, Guarantã do Norte.

### INTRODUÇÃO

A Educação Básica é um espaço cada vez mais efervescente, exigindo dos coordenadores pedagógicos e, principalmente, dos professores diferentes posturas, didáticas e iniciativas, uma

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-graduação Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso, campus de Cuiabá. Professor da rede pública em Guarantã do Norte – MT. E-mail: [sergiogta2007@hotmail.com](mailto:sergiogta2007@hotmail.com).



vez que os resultados de maneira geral precisam ser melhorados. É preciso também buscar uma educação mais significativa ao estudante, em que ele possa alcançar seu próprio conhecimento e adquira habilidades e competências para aprender a aprender e exercer sua cidadania. Neste sentido, impera a necessidade de buscar alternativas.

Para a Geografia, o estudo da cidade, do município e o lugar vivido pelo estudante abre-se como um livro, pronto a ser decifrado, decodificado, tornando-se uma alternativa para um conteúdo mais próximo da realidade do estudante. Para isso, o professor não pode apegar-se unicamente aos livros didáticos, pois estes não contemplam as particularidades de cada cidade do país – e nem teriam como. Ainda que muitos deles, cada vez mais, abordem atividades que consideram e evidenciam as questões locais, elas não são protagonistas.

É preciso ir além. Atribuir sentido ao lugar, dar voz aos moradores, observar a paisagem, estudar o espaço vivido, valorar as narrativas. Com esse propósito, desenvolveu-se esta atividade, cujo objetivo era estudar o processo de formação de Guarantã do Norte no estado de Mato Grosso, enfatizando o decurso historiográfico do município, não apenas fazendo uso do que está transcrito nos livros disponíveis, mas dando relevo às narrativas dos moradores. O que eles viveram e vivenciaram desde a abertura da BR 163 e, posteriormente, com os projetos de colonização implementados.

Este trabalho foi realizado pelos alunos do terceiro ano vespertino da Escola Estadual Albert Einstein no ano de 2009, mas, por uma série de dificuldades, não se conseguiu, em um momento anterior, transformar esse material em uma produção científica. Porém, é certo que experiências educacionais positivas precisam ser divulgadas como forma de contribuir com o debate sobre a Educação e o ensino de Geografia.

As pesquisas e as entrevistas realizadas pelos estudantes deram base ao que se relata a seguir, como forma de conhecer um pouco mais sobre o processo de ocupação, colonização e fundação do município de Guarantã do Norte e a realidade dos projetos de Colonização impetrados pelos militares no estado de Mato Grosso e na Amazônia Legal.

## **METODOLOGIA**

Como metodologia, foi proposto aos alunos de Geografia do terceiro ano da Escola Estadual Albert Einstein, que fosse feito um estudo detalhado sobre o processo de formação do município de Guarantã do Norte no estado de Mato Grosso. Os dezesseis estudantes da turma do período vespertino do ano letivo de 2009 realizaram pesquisa bibliográfica e entrevista com



os pioneiros do Projeto de Assentamento Conjunto – Peixoto de Azevedo, em especial, moradores do bairro Cotrel; do Projeto de Assentamento – Braço-Sul e com os chamados posseiros, que chegaram antes da implantação dos projetos de colonização citados anteriormente.

O processo todo teve duração de quatro bimestres letivos, sendo que, no primeiro, concentrou-se na elaboração das estratégias, perguntas relevantes e revisão bibliográfica que incluía o estudo das características geográficas do município, como solo, relevo, hidrografia, clima, vegetação e outras questões básicas a serem levantadas. No segundo, dedicou-se às entrevistas e ao levantamento de fotos antigas e demais documentos necessários. No terceiro bimestre, ocorreu a construção do trabalho por parte dos grupos e a elaboração do relatório final e, no quarto período, a apresentação dos resultados no formato de seminários em sala de aula.

Do ponto de vista da avaliação, optou-se pelo sistema processual, fazendo averiguações periódicas para as atividades que estavam sendo desenvolvidas e atribuindo-lhes as notas conforme o Regimento Escolar. Dessa forma, a cada bimestre, os estudantes eram avaliados pelas atividades realizadas até aquele momento e que eram adicionadas às avaliações das demais atividades.

No transcurso deste texto, decidiu-se por não apresentar os nomes dos envolvidos. Foram ouvidos cinco moradores do Bairro da Cotrel que fizeram parte do PAC Peixoto de Azevedo, mais cinco integrantes do Projeto de Assentamento Braço Sul e três posseiros que vieram antes do início dos processos colonizadores. As entrevistas foram semiestruturadas, uma vez que se optou por uma análise qualitativa, partindo da ideia de que o contato dos estudantes com os entrevistados pautava-se muito mais numa conversa e um relato de experiência vivenciada, do que em uma entrevista formal.

Ao término do trabalho, parte do material, bem como o nome dos alunos envolvidos, fotos históricas de Guarantã do Norte e algumas entrevistas foram disponibilizadas em um blog, como parte da culminância do projeto, também para a divulgação do trabalho a toda a comunidade e a conservação do que foi coletado.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Para desenvolvimento dessa atividade escolar, tomou-se como base os estudos de Callai (2000, p. 103), ao asseverar que: “cada vez se torna mais claro que a escola não é o lugar da informação, mas da busca da organização da informação no sentido da construção do



conhecimento”. Essa mediação para a construção do conhecimento ocorre quando se leva em consideração o que os estudantes sabem e a capacidade que possuem de produzir seu próprio aprendizado, partindo da mediação do professor, da escola e do meio social em que está inserido.

O lugar de vivência dos alunos, seu espaço, sua cidade, como prática para o ensino de Geografia também são objeto dos estudos de Cavalcanti (2012; 2013), para quem o lugar é o espaço cujo indivíduo está familiarizado, habituado. Enquanto conteúdo, a cidade não é apenas forma física, ela efetiva o simbólico, modos de vida, singularidades, sendo fundamental sua inserção como objeto de estudos nas escolas e, sobretudo, no Ensino de Geografia.

Assim sendo, são alguns detalhes que permitem sugerir que cada município, cidade, lugar é um livro aberto com um texto riquíssimo, ou um alfabeto, a partir do qual se montam e desmontam palavras e frases contando sua Geografia e sua História. (LEFEBVRE, 1991; ROLNIK 1995). Cabe ao professor de Geografia em um processo de mediação entre os objetivos do conhecimento e os estudantes, em que todos são protagonistas, decifrar os lugares do mundo.

De acordo com Callai (2000, p. 114), “o município é um lugar no mundo, assim como podemos dizer que a história de um certo município é a história do Brasil acontecendo num determinado lugar e num tempo determinado”. Portanto, é preciso valorizar o que ocorre no interior dos lugares como o que acontece em outras escalas geográficas de análise.

Trabalhar com projetos como este, que permeiam todo o ano letivo em determinada escola ou disciplina é bastante complexo, em razão do engessamento curricular, que acaba por exigir que essas atividades sejam trabalhadas de forma paralela. Essa situação determina que os profissionais reflitam sobre os procedimentos e as possibilidades que se abrem em cada ano letivo para implantar, desenvolver, aprimorar e reavaliar novos processos de ensino e os conteúdos que são inseridos a partir deles, sem abandonar as exigências curriculares impostas. De acordo com Callai (2000, p. 105), o conteúdo programático “em resumo, não pode ser dispensado, de modo algum, e não pode ser endeusado. Tem que ser considerado em sua importância e significado para a realização da tarefa escolar”.

Fazendo as relações necessárias entre o que é estabelecido no programa com o que é captado pelos alunos em suas pesquisas e entrevistas, os conteúdos trabalhados, nesse caso, não são mais analisados por si só, mas lhes são atribuídos importância e significado. A comunicação em sala de aula passou a ter sentido a partir dos conhecimentos que os estudantes iam construindo no decorrer do percurso. Essa experiência não será a mesma se o professor pautar-se unicamente no livro didático, sem contemplar os fenômenos que ocorrem no lugar.



## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao término do projeto, os alunos apresentaram importantes contribuições, tanto do ponto de vista das informações, com as pesquisas bibliográficas e entrevistas, quanto visual, trazendo fotos históricas importantes para o contexto da cidade e região. As entrevistas com os primeiros moradores do PAC Peixoto de Azevedo, do PA Braço Sul e dos posseiros trouxeram relatos que permitiram aos estudantes uma experiência que não se encontraria ao simplesmente ler os livros que tratam do assunto e, ao mesmo tempo, produzir seu próprio conhecimento. O resultado, que se apresenta agora, traz o processo de formação historiográfica da cidade, mas com relatos de vivências, histórias de vida dos atores do processo.

Guarantã do Norte é um município brasileiro, do estado de Mato Grosso, portanto, um lugar no mundo (figura 1), surgido dentro do contexto do Plano de Integração Nacional, elaborado e posto em prática pela Ditadura Militar, a partir dos anos de 1970. O município localiza-se a 725 km da Capital, Cuiabá, e nasceu de assentamentos agrários promovidos pelo INCRA e pela Cooperativa Triticola Erechim Ltda. Limita-se com Matupá e Novo Mundo e com o Sul do estado do Pará. Sua população é de aproximadamente 36 mil habitantes. Sua emancipação data de 13 de maio de 1986, desmembrado do município de Colíder, sendo o décimo quinto mais populoso do estado e o primeiro na Microrregião de Colíder.

Figura 01: Localização de Guarantã do Norte



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>



Esse território era, inicialmente, habitado por indígenas. Nas décadas de 60 e 70, do século XX, o Governo Militar desejava integrar a região amazônica e usou, como estratégia, a abertura de rodovias como a BR 163. O contato dos trabalhadores com os indígenas culminou na quase extinção do povo Krenakarore ou Panará. Em 1975, a estrada foi inaugurada e o processo de ocupação da região norte do estado de Mato Grosso teve início, já que muitos trabalhadores foram permanecendo e constituindo moradia às margens da rodovia.

Para entender o processo histórico de colonização da Amazônia Mato-grossense de maneira geral e, do município de Guarantã do Norte em sua especificidade, à luz da Geografia e da produção do espaço, é necessário identificar o que Carlos (2020) considera como os três personagens envolvidos no processo de produção espacial, o Estado, o capital e os sujeitos sociais.

O Estado, como o estabelecedor de políticas de incentivos como subsídios fiscais, infraestrutura e outros, nesse caso específico, representado pelo INCRA. Vale ressaltar que, para o Governo, a Amazônia era um imenso vazio demográfico, não considerando, assim, a presença de indígenas como uma forma legítima de ocupação, mas um espaço como terras públicas destinadas e prioritárias ao processo de colonização. Correa (2003, p. 24) assevera que para o Estado “as terras públicas são como uma reserva fundiária que o Estado dispõe para usos diversos no futuro, inclusive para negociações com outros agentes sociais”.

O capital, representado sobretudo por empreendedores privados, como é o caso do Grupo SINOP (Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná) e pelas cooperativas, entre elas, a COTREL, responsável direta pelo projeto de colonização que dá origem ao município de Guarantã do Norte. Por sua vez, os sujeitos sociais, ou trabalhadores, ou colonos, ou posseiros que, “em suas necessidades e seus desejos vinculados à realização da vida humana, tem o espaço como condição, meio e produto de sua ação” (CARLOS, 2020, p. 64). Ao não ter acesso à terra no Rio Grande do Sul ou ao perderem suas propriedades para a construção de hidrelétricas, viam-se obrigados a aceitarem, como última alternativa, ou como uma nova esperança, a vinda para a Amazônia Mato-grossense.

Constituiu-se, então, na forma que o Governo Federal encontrou, mediada por pequenas cooperativas do Sul do país, de continuar a exercer um poder de controle em regiões de intenso conflito social pela posse de terra. O trabalho das cooperativas era o de inscrever os colonos, seus associados, para o arrendamento das terras, garantir a sua vinda e assisti-los quanto à produção agrária. Por sua vez, o governo comprometeu-se a doar terras da União, financiar a transferência, a instalação dos colonos e responsabilizou-se pela criação da infraestrutura mínima para o assentamento das famílias.



Ao explicar essa estratégia governamental, Castro et al (2002, p. 147), discorrem que:

O Governo, através do INCRA, buscou junto às cooperativas formas de convencimento para direcionar estes colonos para as terras da Amazônia, sem ter que alterar a estrutura fundiária no Sul e, com isso ter que se defrontar com os donos dos latifúndios.

Neste sentido, percebe-se que o Estado utiliza as terras públicas disponíveis na Amazônia para atender aos interesses privados do capital, ou seja, dois sujeitos do processo de formação do espaço unem-se estrategicamente para, sobretudo, viabilizar e ampliar os processos de acumulação de riquezas e, ao mesmo tempo, amenizar questões sociais e pressões exercidas em outras regiões do país. Aos sujeitos sociais (colonos) não restavam muitas alternativas.

A partir da abertura da rodovia, mas sobretudo, nos anos de 1977 a 1979, pessoas como os senhores Francisco José da Silva, Antônio Bezerra Leite e Manoel Bezerra Leite, entre outros, que foram se instalando ao longo da BR 163, tinham, como objetivo, conseguir terras, para construir suas casas, plantar e ter para si uma fonte de renda para sustentar suas famílias. Tratava-se de pequenos posseiros, buscando sobrevivência.

O fato de terem feito esse processo de forma espontânea e descoordenada, individualizados, tornou-os coadjuvantes no processo, sendo completamente ignorados na maioria dos relatos sobre a história de Guarantã do Norte, muitas vezes, até esquecidos quando se celebra o pioneirismo no município. Neste sentido, este trabalho procurou dar voz a esses homens e mulheres que também colaboraram com a formação do município. Um dos entrevistados que chegou antes do início dos projetos de assentamentos contou para os alunos um pouco de sua experiência e vivência

Cheguei em 30 de julho de 1977, para pegar terra, morava em Dourados. Os medicamentos era em Itaúba (distante 120 km), que era uma fazenda. Como ela tinha muitos recursos, caso sobrasse medicamentos a gente trazia, se não a gente ia buscar em Sinop (distante 220 km). Depois de um ano e cinco meses, o Doutor Ermínio, dono da fazenda Cachimbo, que liberou uma enfermeira para cuidar das famílias no Km 715. Nós viemos em cinco famílias, a minha, a do Francisco Alves, Manoel Bezerra Leite, meu irmão, Miguel Quadra e de outro Francisco. (Entrevistado 04)

Em relação à Colonização Oficial, o primeiro dos projetos foi o Projeto de Assentamento Conjunto – PAC Peixoto de Azevedo/Cotrel, criado em 1979 pelo Sr. Irany Jaime Farina, Presidente da Cooperativa e pelo INCRA. Esses dois agentes uniram-se com o objetivo de transladar os sem-terra e os desabrigados com a construção de barragens no Rio Grande do Sul. Esse processo, em particular, teve início em 1980, como uma nova metodologia de assentamento, em que as tarefas e os custos da colonização seriam divididos entre associações privadas, no caso, a COTREL (Cooperativa Tritícola, Erexim LTDA.) e a entidade oficial, ou



seja, o poder público federal, representado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

No primeiro dia de dezembro de 1980, chegaram as primeiras famílias e o que encontraram foi a mata fechada e pouquíssima infraestrutura. Colonos entrevistados contaram que as maiores dificuldades que passaram foram a falta de assistência médica, que culminou em um surto de malária; a falta de energia; agruras para acesso as outras cidades; a ausência do comércio e a carência na alimentação.

Destacando os relatos de dificuldades enfrentadas pelos primeiros moradores com as distâncias, a mata fechada (Figura 02) e, principalmente, com a malária, um dos entrevistados comenta que: “Passei muitas dificuldades quando aqui cheguei, ao longo dos anos, enfrentei muitas malárias. Fiquei internado. Quase perdi um filho meu *pra* essa doença” (Entrevistado 05).

Figura 02: Chegada das primeiras famílias



Fonte: [geofacil.blogspot.com](http://geofacil.blogspot.com)

A organização do INCRA era insatisfatória na entrega dos títulos rurais. Vários dos inscritos pela Cooperativa acabaram chegando até a ‘terra prometida’, contudo não receberam escritura e acabaram se tornando empregados dos proprietários legalizados. Somente ao final do ano de 1982, três anos após o início do projeto, é que muito colonos foram legalizados.

Entender esse processo, essas dificuldades enfrentadas por esses moradores e suas lutas, ou seja, a dimensão histórica na análise geográfica, nas palavras de Callai (2000, p. 101), “favorece a percepção dos significados de cada lugar para além das aparências e encaminha a compreensão da realidade espacial como resultado de processos sociais da humanidade”.



Enquanto a comunidade formava-se, construindo casas, os pontos de apoio, ruas e avenidas, nos lotes rurais começavam as derrubadas florestais, para a criação de zonas de agricultura. Esse foi o ápice de uma sucessão de erros cometidos pelo Estado. Ao invés de promover uma reforma agrária efetiva que aproveitasse ao máximo as terras já cultiváveis, que se apresentava na mão de poucos, recomeçou um processo de desmatamento do maior bioma nacional, o que não se consegue controlar até os dias atuais.

No entanto, o que se pôde observar é que, para a maioria daquelas pessoas, a Região Sul, já estava em seu limite de ocupação de espaços, sendo imperativo a busca por novos territórios. O entrevistado 01 afirmou que “lá (na região sul), não tinha mais espaço”, decretando, assim, a seu ver, que o sistema capitalista já se fazia consolidado, o que impedia a ascensão econômica de um trabalhador, fosse ele rural ou urbano, como empreendedor de um negócio próprio, mas, sobretudo, do lavrador, que, por sua tradição, necessita de terras para o sustento, e elas estavam concentradas nas mãos de poucos privilegiados.

Ocorre que as grandes propriedades existentes no Rio Grande do Sul já datavam de muitos anos, como fazendas de cunho tradicional que passaram de mãos em mãos durante gerações. Emitir títulos agrários era difícil, reparti-las em uma reforma agrária, ainda mais, sobretudo para governos que defendem os interesses dos proprietários da terra, e não daqueles que não a possuem. E para agravar a situação descrita, havia as desapropriações para a construção de barragens, que deixavam milhares de desalojados. A única saída dos sem-terra e dos desapropriados era aceitar o projeto.

Para os entrevistados, a vinda para o norte era uma aventura, uma esperança de melhora de vida. E foi trabalhando muito que se construíram as primeiras casas, a Igreja e os primeiros comércios. Contudo, a assistência prometida pela Cooperativa era mínima e insatisfatória. O único mercado do vilarejo não abastecia toda a população e a cidade mais próxima era Sinop, localizada a 225 Km.

A recém construída BR 163 não oferecia a menor segurança nessa extensão e uma viagem relativamente curta podia durar um dia inteiro, ou mais, em caso de atoleiro, o que era constante no período chuvoso (Figura 03).

Figura 03: Atoleiro na BR 163



Fonte: [geofácil.blogspot.com](http://geofácil.blogspot.com)

Por falta de hospital, os doentes eram levados até a Terra Nova, onde um novo projeto iniciava-se, ou para Peixoto de Azevedo, onde se iniciava o garimpo. Os colonos ainda tinham que pagar para atravessar o Rio Peixoto de balsa, arcando também com os custos do próprio tratamento.

A dificuldade em trabalhar com a terra também era imensa. Acostumados com o clima subtropical do Sul e com outra composição do solo, os novos fundiários depararam-se com um clima chuvoso e um solo muito arenoso. Segundo o Entrevistado 02, “a primeira colheita foi um fracasso. O que a enchente não estragou, ainda antes da ceifa, acabou mofando nos depósitos precários”. Aos poucos, o sonho do eldorado fértil da fronteira foi se desfazendo em realidade e os proprietários de terra foram transformando a lavoura em pastagem para gado. Outros, com menos sorte, menos terras, ou capital, descobriram outros meios para se garantirem economicamente. Um deles foi o garimpo. Uma verdadeira febre, que dominou o norte do estado de Mato Grosso por vários anos.

Paralelamente ao PAC Peixoto de Azevedo e o surgimento do povoado da Cotrel, em 1981, formou-se um novo plano, o PA (Projeto de Assentamento) Braço Sul. Seu objeto era assentar os migrantes brasileiros expulsos do Paraguai e legalizar muitas famílias que já



ocupavam a área destinada ao programa. Esse novo modelo contava apenas com a coordenação dos órgãos governamentais.

Enquanto o INCRA procedia aos registros das terras dos migrantes, o povo abria as ruas e dava início às primeiras construções. A ideia da fundação de um novo núcleo ocorreu na reunião de representantes do INCRA e da Cotrel, no dia 2 de junho de 1981, por ocasião de Fundação do povoado da Cotrel (FERREIRA, 1997).

Foi, então, criado um distrito às margens da BR, melhor localizado por estar às margens da estrada federal, facilitando o acesso das massas de trabalhadores e garimpeiros. Por sua vez, o distrito da Cotrel estava distante seis quilômetros da rodovia Cuiabá – Santarém. Passou-se, então, a ter dois pequenos povoados, distantes aproximadamente seis quilômetros um do outro. O da Cotrel, pertencente ao PAC – Peixoto de Azevedo, localizado fora do eixo da Rodovia, hoje às margens da MT – 419 que liga a cidade de Guarantã a Novo Mundo, estrada que, dentro do perímetro urbano, recebe o nome de Avenida Guarantã, e o povoado do PA Braço-Sul à beira da 163, denominado Guarantã.

O nome, por sinal, segundo o entrevistado 03, dá-se em razão de, ao derrubarem a mata para a construção das primeiras ruas e avenidas, foram deixadas em frente à sede do Incra duas árvores enormes da espécie Guarantã:

Um dos representantes de Brasília que se encontravam ali perguntou ao Sr. José Humberto Macedo, executor do INCRA: - Qual o nome disso? Ao invés de responder, ele ficou calado. Então uma das doutoras perguntou o nome das duas árvores. Nisso ele respondeu: - Guarantã .... Aí se deu o nome. (Entrevistado 02)

O nome científico da madeira de Guarantã (Figura 04) é *Esenbeckia leiocarpa* da família das rutáceas. O nome vulgar vem do Tupi, *Gwa'ra* (madeira) + *atã* (dura). Conhecer a origem do nome de sua cidade, das ruas, bairros e praças, ou seja, a toponímia do lugar permite aos alunos da educação básica conhecer melhor sua cidade natal, ou seu espaço vivido, “esse é o primeiro passo para a revalorização do mesmo” (SILVA, FIALHO, TRECE, 2011, p. 62).



Figura 04: Árvore que dá nome a cidade.



Fonte: [geofácil.blogspot.com](http://geofácil.blogspot.com)

O povoado à margem da rodovia obteve um crescimento mais rápido do que a Cotrel, sendo elevado à categoria de distrito de Colíder em novembro de 1981 e emancipado em 13 de maio de 1986. Acrescentou-se o termo Norte em função da existência de uma cidade de mesmo nome no interior do estado de São Paulo.

Dentro do contexto do PA Braço Sul, pode-se destacar as figuras das Irmãs Dominicanas, que chegaram em Guarantã do Norte no dia 31 de maio de 1981. Vieram de Mundo Novo – MS, onde já prestavam trabalho dentro da Pastoral. Elas colaboraram para a retirada de um grande número dessas famílias brasileiras que estavam no Paraguai, os brasiguaios, conseguindo, junto ao Governo, terras para eles nessa região, onde já havia o projeto de colonização Peixoto de Azevedo.



Segundo informações obtidas do entrevistado 03, as primeiras irmãs a desembarcarem foram Glycia Maria Barbosa da Silva, Cleonice Cardoso e Vanda Helena de Resende, além da jovem Maria Lucia Pinto. Num primeiro momento, consideraram que era urgente organizar as comunidades, para melhor enfrentar os desafios que eram muitos.

A Irmã Glycia juntamente com o executor chefe do INCRA, José Humberto de Macedo, distribuíram lotes aos colonos que chegavam a cada dia em busca de um pedaço de terra onde sobreviver com a família. Por sua vez, Cleonice iniciou a organização das escolinhas do interior, que eram feitas pelos próprios colonos, com *paus de palmito*<sup>2</sup> ou outras madeiras da mata.

Um dos entrevistados relata da seguinte forma o início do funcionamento das atividades escolares no município.

Em 1980, construímos a primeira escola, por nós, e veio a professora de Colíder, D. Rosinha, que hoje reside em Peixoto de Azevedo. A escola tinha o nome de Monteiro Lobato e foi construída no km 716 do lado esquerdo da Rodovia. (Entrevistado 04)

Assim, as crianças puderam começar seus estudos em sala multiseriada. Os professores, gente da própria comunidade, sem formação, eram preparados por Cleonice e assumidos financeiramente pelo Município. Enfrentavam grandes dificuldades no início, sobretudo quando precisavam deslocar-se até a sede da DREC (Delegacia Regional de Ensino e Cultura) na cidade de Colíder, a aproximadamente cento e trinta quilômetros de Guarantã.

Maria Lúcia encarregou-se da parte de Saúde, dando assistência às famílias nas comunidades e providenciando os enterros das pessoas que morriam vítimas da malária, de acidentes de desmatamento ou outras doenças (Figura 05). Nesse tempo, acabava de surgir um hospital em Peixoto de Azevedo, para onde eram levados os doentes mais graves, necessitados de internação.

---

<sup>2</sup> Paus de palmito refere-se ao uso de palmeiras partidas ao meio como se fossem tábuas para construção das paredes. A espécie mais usada à época era a Paxiuba ou Sete- pernas (*Socratea exorrhiza*).

Figura 05: Início do Cemitério Municipal (1981)



Fonte: geofacil.blogspot.com

Em 1981, a Irmã Vanda trabalhou como microscopista para fazer exames de malária e dava também atendimento de primeiros socorros junto à Empresa EBEC (Engenharia Brasileira de Estradas e Construções) que abria as estradas do projeto e, posteriormente, em um Ambulatório improvisado na Cotrel.

Segundo o entrevistado 03, nesses primeiros anos, com a ajuda de muitos organismos e muita gente dedicada que se deu as mãos em prol da vida, conseguiram uma boa base de progresso para o lugar, como foi o caso da CIRA (Cooperativa Integrada de Reforma Agrária), da Fundação Santa Maria, que teve seu início com o Hospital “Saúde para o Povo”, uma serraria com um locomóvel<sup>3</sup> para seu funcionamento, farinheira, e outras coisas mais.

O Entrevistado 02 relata, assim, sua experiência em Guarantã:

Com o dinheiro da herança de meus pais, comprei alguns hectares de terras e vim morar com minha família em Guarantã. Alguns anos depois, a cidade começou a crescer, e aparecer mais moradores. Daí então surgiram os primeiros bancos, o Bradesco em 1982, depois o Itaú, que faliu, o Bemat que também faliu. Hoje, temos o Banco do Brasil, Sicredi, Bom Sucesso, Popular e o BMG que foi transferido. Agora, temos a previsão da Caixa Econômica, temos a Lotérica e o Cartório Primeiro Ofício. (Entrevistado 02)

Outra colaboradora, que chegou em Guarantã quando tinha 13 anos de idade em 1980, relata a sua experiência quando algum tempo depois foi criada a Escola Guarantã, onde, enfim, pode estudar.

---

<sup>3</sup> Locomóvel é uma máquina a vapor ou a explosão como é o caso, montado sobre rodas não motrizes.



Na época, havia muitas dificuldades, nós caminhávamos 5 km para chegar na escola e, quando chegava, não havia merenda, passava a manhã toda com apenas mandioca frita e café. Não havia divertimento para os jovens. Por causa dessas dificuldades, parei de estudar e fui trabalhar de doméstica. (Entrevistado 07)

Já nessa altura da colonização, o núcleo urbano de Guarantã do Norte formou-se e houve imigração de muitas famílias do nordeste e sul do país, todos acreditando na prosperidade da região. Muitos foram atraídos pelo comércio do ouro, ou pelo garimpo. Como, na época, a lei se fazia pouco válida, ouviam-se vários relatos de assassinatos cometidos na cidade recém-formada. O entrevistado 08 relata que “a tolerância entre gaúchos e nordestinos era mínima, e a maioria das brigas acabavam em morte”.

Sobre esse processo Preti (1993, p. 11), escreve que:

A ocupação da região Norte de Mato Grosso, fronteira com o Pará e território secular da nação indígena Kreen-akarore, pelo avanço do capitalismo no campo foi marcada desde o início pela violência, pela luta e derramamento de Sangue. Com a abertura da BR-163 diferentes grupos passam a disputar de forma desigual e com interesses diferenciados a permanência, a posse e a titulação destas terras: índios, posseiros, fazendeiros, garimpeiros, empresas mineradoras e colonizadoras, parceiros, grileiros e colonos.

O entrevistado 08 também relata sua experiência no garimpo. Segundo ele, “era um dinheiro que vinha muito fácil, mas que ia fácil também”. Isso se dava devido ao fato de que a moeda de troca no comércio tornou-se o ouro e o garimpeiro tinha que entregá-lo para pagar suas contas, incluindo alimentação.

Ele discorre ainda que “aos poucos, o minério mais a vista foi se tornando escasso”. Tal situação tornou imprescindível outra guinada econômica, que se deu com o comércio da madeira. Este empregou muita gente, assim como enriqueceu muitos comerciantes. A falta de fiscalização deu bandeira verde para as derrubadas, que se tornaram cada vez mais intensas e, em pouco tempo, transformou a paisagem da região. A área derrubada não foi remanejada, mas transformada em pastagem, ampliando a pecuária e colocando-a como um dos alicerces econômicos do município.

Na virada do milênio, aumentou a preocupação ambiental de todo o globo, que começou a pressionar o Brasil nessa questão. O Estado passou, então, a fiscalizar a atividade madeireira. Alia-se a isso o fato de que a madeira foi se tornando cada vez mais escassa. Essas situações levaram ao fechamento de muitas indústrias, clandestinas ou não, fazendo com que esse comércio praticamente morresse nessa microrregião do estado de Mato Grosso, provocando profunda estagnação econômica do município.

Atualmente, sua economia está se diversificando, tendo, como bases fortes, a pecuária com cerca de 300 mil cabeças de bovinos e uma bacia leiteira com uma produção de



aproximadamente 22 milhões de litros de leite por ano. Sua agricultura, que tinha na cultura do arroz sua maior expressividade registrando, em 2004, mais de 120 mil toneladas, passa agora a ter a soja como seu principal produto, fato que se deve à expansão da fronteira agrícola no Norte Mato-grossense. A cidade também tem se transformado em um polo de serviços que atende a municípios vizinhos e ao Sul do estado do Para, sobretudo, no Ensino Superior.

O que se encontra no lugar e na paisagem, atualmente, não está ali por acaso, mas é resultado de um processo construído ao longo dos anos. É preciso valorizar a dimensão histórica de cada cidade. “O que se percebe hoje no lugar, não pode ser visto como por acaso, assim como as modificações não são espontâneas ou naturais, mas contém uma história que está presente e como tal deve ser considerada” (CALLAI, 2000, p. 116).

Nas palavras da teórica, pode-se entender e buscar a valorização desses pioneiros, suas contribuições no espaço vivido e o registro dessas informações. “Os primeiros povoadores já não existem mais, porém seus descendentes e o resultado de seu trabalho estão ali ainda presentes” (*Ibid.*, p. 116). Os lugares, cidades, municípios e o próprio país são resultado do trabalho de seu povo, de lutas, conquistas e derrotas. A escolinha construída com paus de palmito já não faz mais parte da paisagem local, nem os atoleiros da BR. Talvez as marcas deixadas, as rugosidades, até tenham sido transformadas, modificadas, destruídas ou apagadas, mas não podem, jamais serem esquecidas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de uma metodologia que envolve trabalho em grupo, produção de conhecimento e valorização do lugar vivido e das vivências, é possível desenvolver trabalhos na disciplina de Geografia. Destaca-se a participação e o envolvimento do estudante no decorrer desta pesquisa. A cada nova entrevista feita, uma informação importante, o entusiasmo que os alunos demonstravam nos compartilhamentos, relatando a receptividade, as curiosidades, o aprendizado. O que se pode considerar como fato é que existe a necessidade de se multiplicar experiências entre as escolas, professores e alunos em relação à prática do ensino de Geografia com foco no lugar vivido.

Os municípios, as cidades e os lugares possuem um processo de formação rico, sendo imperativo, e, por que não dizer, urgente que se busque desvendar esses processos. Ouvir relato de pessoas que vivenciaram um determinado tempo histórico, buscar documentos e fotografias antigas, relatar histórias de vida, transformando-as em narrativas que se somarão aquelas já



elaboradas. O que não pode existir é alguém com suas vivências, experiências e histórias para contar e ninguém para ouvi-la.

É preciso novas buscas, novos mergulhos na construção de uma Geografia mais significativa para o aluno. A escola, os professores e os estudantes precisam engajar-se nessa tarefa, cada um à sua maneira, já se sabe que não existem fórmulas, mas devem persistir iniciativas, trabalho, porque há muitos lugares a serem pesquisados.

## REFERÊNCIAS

CALLAI, Helena C. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, A. C. (org.). **Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

\_\_\_\_\_, Ana Fani A. Da organização à produção do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani A.; SOUSA, Marcelo Lopes; SPÓSITO, Maria Encarnação (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1ª ed., 8ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.

CASTRO, S. Pereira et. al. **A colonização oficial em Mato Grosso: “a nata e a borra da sociedade”**. Cuiabá: EdUFMT, 2002.

CAVALCANTI, Lana. S. **A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2012.

\_\_\_\_\_, Lana de S. **Geografia escola e construção de conhecimentos**. 18. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

CORREA, Roberto L. **Região e organização espacial**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Mato Grosso e Seus Municípios**. Cuiabá: Secretaria de Estado de Cultura, 1997.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001

PRETI, Oreste. Terra, Ouro e Sangue em Guarantã do Norte: 20 anos de luta pela terra. In: **Cadernos do NERU/Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos – ICHS – UMFT**. n.º 1. Cuiabá, EdUFMT, 1993. p. 11-46.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção primeiros passos.)



XIV ENCONTRO NACIONAL DE  
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM  
**GEOGRAFIA**

5ª EDIÇÃO ONLINE

SANTOS E SILVA, A. C.; FIALHO, E. S.; TRECE, R. S. A importância do estudo toponímico no ensino de geografia. **Revista Ponto de Vista**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 58-66, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RPV/article/view/9164>. Acesso em: 9 jun. 2021.